

**Circular nº 20/2013***26 de Junho de 2013*

**Assunto: Certificação de empresas no âmbito dos Regulamento (CE) n.º 842/2006 e n.º 303/2008 e Decreto-Lei n.º 56/2011**

Caros Associados,

Na nossa Circular nº 24/2012, de 21 de Dezembro, demos conta do início do processo de certificação das empresas que exercem a actividade de instalação, manutenção, reparação e assistência técnica de equipamentos fixos de refrigeração, ar condicionado ou bombas de calor.

Esta certificação obriga ao cumprimento de alguns requisitos que estão expressos nas Especificações Técnicas editadas pela entidade certificadora - o CERTIF. Estas especificações vão na 2ª Edição, datada de Abril de 2013.

O acompanhamento e actualização desses requisitos é da responsabilidade de uma comissão técnica (CTC25) coordenada pela APA - Agência Portuguesa do Ambiente, da qual faz parte a APIRAC, como associação representativa do nosso Sector. Da nossa intervenção resultou um recente ajustamento de alguns dos requisitos à realidade do mercado, até por sugestões fundamentadas de alguns dos nossos associados, numa demonstração de participação activa na vida associativa.

Assim, tendo em conta as mais recorrentes preocupações colocadas pelos nossos associados, a APIRAC propôs à Comissão Técnica, as seguintes clarificações, respeitantes ao *Ponto 4.5 Ferramentas e Equipamentos* adequados à actividade e que cada técnico certificado em F-Gases deverá dispor, as quais foram aceites e que constam dos requisitos da 2ª Edição:

1. Em relação aos **Postos de Soldadura**, sendo exigido inicialmente como mínimo um posto por técnico, agilizou-se esta exigência de acordo com a tabela que apresenta nesta circular.
2. Em relação aos **Conjuntos de Manómetros**, tendo sido exigida inicialmente a sua verificação pela Metrologia Legal, é agora possível submetê-los à calibração por entidades acreditadas pelo IPAC.

Em relação às **Balanças Electrónicas**, a situação apresenta-se algo mais complexa porque, de facto, as balanças podem ser usadas numa transacção comercial que ocorrerá na sequência dos actos de carga de fluido frigorigéneo nas instalações dos clientes, em que o fluido é pesado e vendido (facturado) por quantidades introduzidas.

A sua verificação pela Metrologia Legal é exigida pela legislação em vigor, o que implica que as balanças deverão possuir Aprovação do modelo-tipo CE, de acordo com a Directiva 90/384/CEE, ou a actual Directiva 2009/23/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril de 2009, respeitante a instrumentos de pesagem de funcionamento não automático, referência que deverá vir inserida na chapa de características da própria balança, e com o qual se pode fazer a sua verificação metrológica legal. Este formalismo é efectuado em qualquer Divisão de Metrologia Legal existente nas DRE - Direcções Regionais de Economia de cada distrito, efectuando-se uma primeira verificação, válida para o ano em curso e ano civil seguinte.

De qualquer modo, foi possível reduzir o número de balanças, face ao exigido na 1ª Edição das Especificações Técnicas.

Em resumo, temos o seguinte quadro resumo de requisitos, quanto ao número mínimo de técnicos certificados e à quantidade mínima de ferramentas e equipamentos de apoio á actividade de instalação, manutenção, reparação ou assistência técnica em equipamentos fixos de refrigeração, ar condicionado ou bombas de calor:

Classe de Alvará (a)	Volume de negócios anual no âmbito das actividades para as quais se exige certificação (€) b)	Nº mínimo de técnicos certificados	Nº Mínimo de balanças electrónicas	Nº mínimo de conjuntos de soldadura	Nº mínimo de máquinas de recuperação/reciclagem de fluidos frigorigéneos e respectivos acessórios
1	Até 332.000,00	1	1	1	1
2	Até 664.000,00	2	1	1	1
3	Até 1.328.000,00	3	1	1	1
4	Até 2.656.000,00	4	2	2	2
5	Até 5.312.000,00	5	2	2	2
6	Até 10.624.000,00	6	2	2	2
7	Até 21.298.000,00	7	3	3	3
8	Até 33.280.000,00	8	3	3	3
9	Acima de 33.280.000,00	9	3	3	3

(a) Portaria nº 1371/2008, de 2 de Dezembro, para as empresas com a 10ª subcategoria (AVAC) da 4ª Categoria. Instalações Eléctricas e Mecânicas.

b) A considerar apenas para empresas que executem parte da sua actividade com fluidos não abrangidos pelo Regulamento (CE) 842/2006 ou que estejam isentas de Alvará nos termos da seguinte legislação:

- Decreto-Lei nº 12/2004, de 9 de Janeiro;
- Portaria nº 19/2004, de 10 de Janeiro, do Ministério das Obras Públicas Transportes e Habitação;
- Portaria nº 971/2009, de 27 de Agosto, do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.



Finalmente, é de salientar que, sendo de carácter obrigatório, mas também pela grande relevância para o Sector, mais de 100 empresas já iniciaram o seu processo de certificação, sendo que a APIRAC está à inteira disposição dos seus associados para prestar os esclarecimentos devidos, de modo a ajudá-las no seu processo de certificação.

Com os melhores cumprimentos,

A Direcção da APIRAC